

RESENHA

INTRODUÇÃO À ECONOMIA SOLIDÁRIA — PAUL ISRAEL SINGER

SINGER, Paul Israel. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

Nilton Teixeira Pereira¹

O livro *Introdução à Economia Solidária* do professor e pesquisador Paul Singer destaca-se como uma referência no tema da economia solidária ao abordar de maneira crítica e contundente os aspectos sociais, culturais, bem como as complexas relações de funcionamento e seus princípios desse fenômeno, apontando suas potencialidades no sentido de valorização do ser humano, como alternativa de organização social e econômica, contrárias às desigualdades inerentes do capitalismo.

O autor inicia o seu texto comparando solidariedade e competição na economia. A competição, esclarece o autor, apresenta dois aspectos positivos: liberdade de escolha dos produtos e serviços que melhor atendem às necessidades de seus usuários, enquanto a competitividade corrobora para melhora dos produtos produzidos e ofertados. Dessa maneira, os produtos e serviços que melhor atendem os consumidores são os líderes de mercado, as marcas mais lembradas e mais queridas. Entretanto, para o autor, a competitividade causa efeitos sociais negativos, favorecendo os vencedores, ao passo em que intensifica o processo de desigualdades sociais. Essas vantagens e desvantagens acabam sendo herdadas pelas gerações futuras, de modo que os descendentes dos que acumulam capital encontram vantagem nítida em

¹ Nilton Teixeira Pereira - Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB), linha de pesquisa 1: Literatura, produção cultural e modos de vida. Orientador: Professor Doutor Roberto Henrique Seidel. Endereço eletrônico: niltontpg@gmail.com.

relação aos descendentes dos que se arruinaram, empobreceram e foram histórica e socialmente excluídos.

Singer postula que a economia solidária desponta como um modo de produção alternativo de potencial democrático para o desenvolvimento econômico e social, sendo seus princípios básicos: a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual (contrários à lógica do capitalismo tardio: propriedade privada e acúmulo de capital). O resultado natural disso é a igualdade e a solidariedade. No entanto, a produção precisaria de um mecanismo estatal de distribuição solidária de renda.

Segundo Singer, para que alcançássemos o estágio de uma sociedade mais igualitária seria preciso que a economia pautasse um princípio de solidariedade em vez de competitividade. Nesse sentido, cada ator nas atividades econômicas desempenha um papel fundamental e complementar em relação aos demais companheiros, sendo preciso unir-se para produzir, comercializar ou consumir.

O autor propõe também uma alternativa acerca da repartição dos ganhos em empresas solidárias e em empresas capitalistas. Nessas últimas, o valor salarial dos seus funcionários encontra-se atribuído de acordo com a lei da procura e da oferta do mercado de trabalho. Assim, os cargos mais elevados hierarquicamente recebem mais quando comparados com os mais baixos. Nas primeiras, por sua vez, existem formas distintas de repartição de ganhos. Em algumas empresas os cooperativados decidem dividir por igual as suas retiradas, enquanto em outras há um escalonamento com diferenças de valores. Os sócios com maior capacidade técnica recebem um pouco mais, embora ganhando menos do que poderiam ganhar numa empresa capitalista em cargo similar.

Um último comparativo diz respeito ao modo como as organizações são administradas, o que talvez seja a principal diferença entre economia capitalista e economia solidária: heterogestão x autogestão. A heterogestão é utilizada por

empresas capitalistas cujos trabalhadores do nível mais baixo sabem muito pouco além do necessário para que cumpram suas tarefas, que tendem a ser repetitivas e rotineiras, de modo que não há participação efetiva de todos nas tomadas de decisões. Em outras palavras, o poder flui de cima para baixo.

Alguns empreendimentos de economia solidária são geridos pelos princípios da autogestão. Em empresas de porte pequeno as decisões são tomadas por todos os sócios em assembleia que decidem a forma de organizar os seus processos produtivos. Em empresas de grandes dimensões, as assembleias-gerais ocorrem em menor frequência, em razão da quantidade de pessoas, conseqüentemente inviabiliza a mobilização e a organização de discussões. Entretanto, as decisões de rotina são tomadas conjuntamente por representantes escolhidos pelos sócios ou através de uma diretoria eleita pelos sócios.

Uma empresa solidária administra-se democraticamente, as ordens e instruções devem fluir de baixo para cima, a autoridade maior é a assembleia de todos os sócios que devem adotar as diretrizes a serem cumpridas. Todos os seus sócios devem estar a par do que ocorre nela, seus problemas e possíveis soluções, o que exige um esforço maior dos trabalhadores, podendo ocasionar um desgaste. E isso se mostra um desafio, já que grande parte dos sócios se insere na economia solidária apenas como forma de escapar da pobreza, não apreciando suas potencialidades. "A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura (SINGER, 2002, p. 21).

As pessoas não são naturalmente inclinadas à autogestão, tampouco possuem alguma familiaridade com o concei-

to de heterogestão, posto que em sua formação sociocultural já foram fortemente moldadas por paradigmas hierárquicos de que “poucos optariam espontaneamente por passar a vida recebendo ordem, atemorizados com o que lhes possa acontecer se deixarem de agradar aos superiores” (SINGER, 2002, p. 21). Essa formação alienante pode ser abalada quando o indivíduo passa a envolver-se em lutas emancipatórias que desafiam a ordem vigente, tais como greves, manifestações de protestos, ocupações de terra visando à reforma agrária e muitas outras.

Singer ainda assinala que as estruturas de autogestão e heterogestão apresentam vantagens e dificuldades, mas não seria cabível valorar qual das duas opções é melhor, posto que se trata de modalidades de gestão econômica marcadamente diferentes. A heterogestão se apresenta eficiente em tornar empresas capitalistas competitivas e lucrativas, que é exatamente o que seus donos desejam. A autogestão busca ser eficiente em tornar as empresas mais solidárias, economicamente produtivas, com uma participação mais democrática, que é o que seus associados almejam.

Visto em uma perspectiva histórica, ao longo do tempo, os praticantes da economia solidária foram abrindo seus próprios caminhos, pelo único método disponível no laboratório da história: o da tentativa e erro. Nesse sentido, Singer considera que uma das maiores contribuições da considerada mãe de todas as cooperativas (a Cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale), um importante centro têxtil no norte da Inglaterra, foram os princípios adotados e que depois seriam imortalizados como universais do cooperativismo: 1º — que nas decisões a serem tomadas cada membro teria direito a um voto, independente de quanto investiu na cooperativa; 2º — o número de membros da cooperativa era aberto, sendo em princípio aceito quem desejasse aderir; 3º — sobre o capital emprestado a cooperativa pagaria uma taxa de juros fixa; 4º — as sobras seriam divididas entre os membros em proporção às compras de cada um na coopera-

tiva; 5º — as vendas feitas pela cooperativa seriam sempre à vista; 6º — os produtos vendidos pela cooperativa seriam sempre puros (isto é, não adulterados); 7º — empenho na educação cooperativa; 8º — neutralidade das cooperativas perante questões religiosas e políticas (SINGER, 2002, p. 39).

Diante desse quadro, importa assinalar que as cooperativas de crédito precisaram subsistir em si mesmas, criaram bancos cooperativos a fim de que o excedente arrecadado por esses bancos pudesse ser repassado para aqueles que precisassem deste recurso quando o balanço financeiro desta estivesse frágil. Ou seja, o princípio da socialização dos riscos foi aplicado num âmbito maior, regional ou nacional.

Uma resposta muito criativa às necessidades dos mais pobres surgiu em Bangladesh, através do Grameen Bank (Banco da Aldeia) que ofereceu empréstimos especialmente para mulheres que trabalhavam por conta própria, como artesãs ou agricultoras. Essas mulheres usavam melhor o ganho derivado, beneficiando a família toda, com prioridade para as crianças, ao passo que os homens tenderiam a pensar primeiramente em si. Além disso, Bangladesh é um país muçulmano, em que as restrições às mulheres são rigorosas, isolando-as de qualquer contato social que não seja com parentes próximos. Desta forma, o Grameen tornou-se implicitamente um projeto de libertação feminina.

Outra forma de vivenciar a economia solidária são os clubes de troca, espaços onde as pessoas se juntam para realizar trocas de produtos, serviços, valores e saberes. Para facilitar o intercâmbio, os clubes promovem reuniões e feiras de troca periodicamente, de modo que cada membro se apresenta aos demais, descreve o que tem para vender e o que precisa para comprar, podendo usar a moeda do clube como meio de pagamento.

O autor apresenta a economia solidária como modo de produção alternativo para o desenvolvimento econômico e

social. Deste modo, a autogestão pode ser entendida como uma novidade em relação ao modo hegemônico de organização do trabalho na sociedade capitalista. Tais iniciativas se situam numa escala local, mas buscam articulações em rede, visando insurgir-se contra a sujeição, exploração e exclusão social. Conforme informações iniciais do texto, o capitalismo se tornou dominante há tanto tempo que tendemos a tomá-lo como normal ou natural. Aprendemos a obedecer e temer aos superiores desde cedo, num processo de alienação que pode continuar a vida inteira. O fator preponderante até agora na permanência ativa dos empreendimentos solidários, precários e de pequenas proporções, é o consumo solidário que eles agenciam. Contudo, quando todos os atores se integram em redes cooperativas e se conectarem em cadeias produtivas, então um grande movimento de geração de emprego e renda se desenvolverá, contemplando os trabalhadores que ficam às margens, atualmente desempregados. Essas iniciativas não significam apenas medidas de desenvolvimento econômico, pois quando se organizam e efetivam o cumprimento de seus princípios básicos, ultrapassam as expectativas de subsistência e fomentam iniciativas democráticas de valorização do ser humano.

O livro *Introdução à Economia Solidária* permanece extremamente atual, sendo recomendado como uma leitura fundamental para os estudos acerca do tema da economia solidária. Ela tornou-se um importante instrumento de combate à exclusão social e à pobreza, na forma de corrente do bem, que integra quem produz, quem vende, quem troca e quem compra.

[Recebido: 15 jul. 2020 — Aceito: 2 ago. 2020]